

CONVENÇÃO

COLETIVA

DE

TRABALHO

ENTRE

**SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGA E LOGÍSTICA NO
ESTADO DE SANTA CATARINA - SETCESC**

E

**SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS E TRABALHADORES EM
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS E PASSAGEIROS DE BRUSQUE**

(Botuverá, Brusque e Guabiruba/SC)

VIGÊNCIA

01/05/2019 A 30/04/2020

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2019/2020

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SC001163/2019
DATA DE REGISTRO NO MTE: 04/07/2019
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR030509/2019
NÚMERO DO PROCESSO: 46220.007040/2019-15
DATA DO PROTOCOLO: 04/07/2019

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/internet/mediador>.

SINDICATO COND VEIC TRAB ROD CARGAS PASSAGEIROS BRUSQUE, CNPJ nº. 81.288.979/0001-47, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). **ROGERIO REIS;**

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGA E LOGÍSTICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA - SETCESC, CNPJ nº. 82.662.776/0001-31, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). **OSMAR RICARDO LABES;**

celebram a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2019 a 30 de abril de 2020 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **COND VEIC TRAB ROD CARGAS PASSAGEIROS**, com abrangência territorial em **Botuverá/SC, Brusque/SC e Guabiruba/SC**.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO

Fica estabelecido o seguinte salário normativo para as funções integrantes da categoria laboral, ora conveniados:

a) A partir de 01/05/2019:

1) Motorista de bitrem.....	R\$ 2.031,00
2) Motorista de semirreboque e reboque.....	R\$ 1.841,74
3) Motorista caminhão com 3º. eixo.....	R\$ 1.568,01
4) Motorista de coleta e entrega (até 150 km).....	R\$ 1.442,55
5) Condutor de motocicleta e motoneta (moto-entrega).....	R\$ 1.415,85
6) Conferente.....	R\$ 1.450,60
7) Demais empregados c/até 3 meses na empresa.....	R\$ 1.171,02
8) Empregados com mais de 3 meses na empresa.....	R\$ 1.249,09

b) A partir de 01/07/2019:

1) Motorista de bitrem.....	R\$ 2.080,29
2) Motorista de semirreboque e reboque.....	R\$ 1.886,44
3) Motorista caminhão com 3º. eixo.....	R\$ 1.606,06
4) Motorista de coleta e entrega (até 150 km).....	R\$ 1.477,55
5) Conductor de motocicleta e motoneta (moto-entrega).....	R\$ 1.450,21
6) Conferente.....	R\$ 1.485,80
7) Demais empregados c/até 3 meses na empresa.....	R\$ 1.199,44
8) Empregados com mais de 3 meses na empresa.....	R\$ 1.279,40

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

Todos os componentes da categoria profissional com salário superior ao normativo terão uma correção salarial de **5,50% (cinco vírgula cinquenta por cento)**, parcelado da seguinte forma:

a) Percentual de 3,0% a ser concedido a partir de 01/05/2019, aplicado sobre os salários do mês de abril de 2019.

b) Saldo residual a ser concedido a partir de 01/07/2019, aplicado sobre os salários de junho de 2019.

§1º. - Pela concessão do índice supra-mencionado, restam quitadas todas e quaisquer perdas salariais da categoria laboral, no período de 01/05/2018 à 30/04/2019.

§ 2º. - As empresas que, eventualmente, concederam aumento espontâneo de salário no período de 01/05/2018 à 30/04/2019, poderão compensá-lo na forma legal.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

CLÁUSULA QUINTA - ABONO DE PERMANÊNCIA NA MESMA EMPRESA

As empresas pagarão, a todos os empregados que contem com 3 anos de atividades, um abono de 3% (três por cento) sobre os seus salários; com 5 anos, um abono de 7% (sete por cento) e, com 10 anos, um abono de 10% (dez por cento).

§ 1º. - Caso o tempo previsto seja completado na 1ª quinzena do mês, o valor do abono deverá ser pago, mensalmente, a partir do mesmo mês, se na 2ª quinzena, deverá ser pago a partir do mês seguinte.

§ 2º. - O valor do abono de permanência deverá ser discriminado mensalmente na folha de pagamento do empregado.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

CLÁUSULA SEXTA – ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

Não será devido o adicional de periculosidade nos casos em que o veículo dotado com tanque de combustível suplementar, com capacidade superior a 200L(duzentos litros), desde que a instalação seja devidamente certificada por órgão competente.

AJUDA DE CUSTO

CLÁUSULA SÉTIMA – ALOJAMENTO

À empresa compete pagar alojamento condizente ao motorista e ajudante, que permanecerem fora do domicílio, ficando excluídas desta obrigação somente as empresas que dotarem seus veículos de camas e providenciarem dois cobertores e um travesseiro, cabendo aos motoristas os demais pertences e a conservação de tais instalações.

CLÁUSULA OITAVA - AFASTAMENTOS PROLONGADOS (DIÁRIAS)

A empresa pagará ao motorista e seu ajudante que permanecerem fora do domicílio de trabalho, a título de ajuda de custo para alimentação, os seguintes valores, para cada dia, distribuídos como segue:

A partir de 01/05/2019 – R\$ 57,54

- 1) **Almoço:** R\$ 19,18, se o afastamento assim o exigir;
- 2) **Jantar:** R\$ 19,18, se o afastamento assim o exigir;
- 3) **Pernoite e café da manhã:** R\$ 19,18, igualmente, se o afastamento assim o exigir.

§ 1º. - Os motoristas e ajudantes, que permanecerem fora do domicílio por mais de 12 horas, mas que retornarem a empresa no mesmo dia, farão jus a um almoço e jantar.

§ 2º. - A empresa que exigir a comprovação das despesas mediante a apresentação de Notas Fiscais discriminadas, não poderá destacar os valores na folha de salário.

§ 3º. - Os valores, pagos a título de afastamento prolongados (diárias), não poderão ser computados como salários e não sofrerão a incidência do INSS, do FGTS e do IRRF.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA NONA - VALE REFEIÇÃO

As Empresas concederão a todos os seus empregados vale refeição no valor de **R\$ 17,35 (dezesete reais e trinta e cinco centavos)** por dia de trabalho, salvo para empregados que receberem a diária prevista na cláusula Afastamentos Prolongados (Cláusula 8ª.) e para as empresas que tenham refeitório e forneçam a alimentação gratuitamente.

§ 1º. - O valor do vale refeição deverá ser discriminado, mensalmente, na folha de pagamento do empregado ou disponibilizado através de ticket ou cartão eletrônico.

§ 2º. - A(s) empresa(s) poderá(ão) firmar acordo coletivo com o sindicato profissional para a substituição do vale refeição por vale alimentação.

CLÁUSULA DÉCIMA - AJUDA ALIMENTAR AOS DEMAIS EMPREGADOS

Os demais empregados do setor, que vierem a ultrapassar o limite diário, legal, de horas extras, perceberão das empresas uma ajuda de custo para lanche no valor de **R\$ 16,65** (dezesesseis reais, sessenta e cinco centavos).

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO

As empresas ficam obrigadas a contratar seguro de vida em grupo a todos os seus funcionários, sob pena de indenização dos valores equivalentes abaixo.

Parágrafo único - O seguro contratado pela empresa deverá oferecer ao trabalhador cobertura no valor mínimo de **R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)**, de morte por qualquer causa e invalidez permanente total ou parcial por acidente e **R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)**, relativo à assistência funeral para o segurado acima indicado.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - UNIFORMES

Quando exigido pela empresa, ou autoridade competente, o uso de uniforme completo para o trabalhador, esta cederá, anualmente, 2 jogos, gratuitamente. No caso de rescisão de contrato, o empregado beneficiado os restituirá. Caso o empregado deseje mais de 2 uniformes, poderá adquiri-los na própria empresa, as suas expensas.

CONTRATO DE TRABALHO - ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO POR JUSTA CAUSA

No caso de rescisão do contrato de trabalho, por justa causa, a empresa deverá indicar, por escrito, a falta grave cometida pelo empregado ou o texto legal violado.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

As rescisões de contrato de trabalho dos empregados que contarem com mais de um ano de serviço na empresa, devem ser quitadas e homologadas no sindicato laboral no prazo de 10 (dez) dias contados a partir do término do contrato.

§ 1º. - O recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho firmado por empregado com mais de um ano de serviço na empresa, somente será válido quando feito com a assistência do Sindicato Laboral.

§ 2º. - As rescisões de contrato de trabalho que não forem quitadas e homologadas no prazo de 10 (dez) dias contados a partir do término do contrato, ou então que forem apresentadas para homologação sem todos os documentos relacionados abaixo, ficarão sujeitas à aplicação das penalidades legais (§8º, Art. 477, CLT) e da multa de 1% (um por cento) das parcelas incontroversas devidas, por dia que exceder o referido prazo.

§ 3º. - Além das penalidades previstas no parágrafo anterior, no caso de descumprimento desta cláusula, fica a empresa infratora sujeita à multa no valor do menor salário normativo previsto nesta Convenção, por empregado prejudicado, multa esta que reverterá em favor do Sindicato Profissional.

§ 4º. - As homologações de Rescisão de Contrato de Trabalho deverão ser previamente agendadas, de 2ª a 5ª feira no período matutino (horário 8h30min) e vespertino (horário 14h) e 6ª. feira no período matutino (horário 8h30min) , pelos telefones (47) 3355-6099 e 3354-3597 ou por e-mail sintrabrusque@hotmail.com, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data pretendida para a homologação.

§ 5º. - Não serão homologadas e ficam sujeitas as penalidades por inadimplemento, as rescisões apresentadas sem todos os documentos relacionados a seguir:

1. Rescisão do Contrato de Trabalho em 05 (cinco) vias;
2. Carteira de Trabalho atualizada ou ficha de atualização;
3. Notificação da demissão, comprovante de aviso prévio;
4. Extrato do FGTS atualizado, fornecido pela CEF e guias de recolhimento dos meses que eventualmente não constam no extrato;
5. CD - Comunicação de Dispensa - Seguro Desemprego (ser for o caso);
6. Exame Médico Demissional em 02 (duas) vias;
7. Chave de Conectividade da Caixa Econômica Federal (se for o caso);
8. Comprovante do pagamento da Multa de 50% do FGTS (ser for o caso);
9. PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário;
10. Comprovante de pagamento da Rescisão (conforme Instrução Normativa SRT nº. 15 - MTE, Art. 23);
11. Comprovante de coleta de material para realização do exame toxicológico previsto na legislação, Portaria 116-MTE (ser for o caso).
12. Certidão negativa de débitos junto aos Sindicatos Patronal e Laboral, especialmente quanto às contribuições e taxas previstas nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

OBS.: a) No caso de rescisão por falecimento é necessário alvará judicial, certidão de beneficiários do INSS ou escritura pública. b) Na demissão por justa causa a empresa deverá indicar por escrito a falta cometida pelo empregado e o texto legal violado. c) Caso o trabalhador não compareça no dia e horário marcado para homologação da sua rescisão e seja apresentado documento assinado por ele onde conste o referido agendamento, uma via do termo de rescisão será protocolada pelo Sindicato Laboral.

§ 6º - Admitido empregado para a função de outro dispensado, sem justa causa, será garantido àquele, a remuneração igual ao empregado de menor salário na mesma função, sem considerar vantagens pessoais.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO

Na demissão, por iniciativa da empresa ou por iniciativa do empregado, que manifestar-se por escrito, o interesse de não cumprir, parcial ou totalmente, o aviso prévio, ficará dispensado de seu cumprimento, abrindo mão do correspondente pagamento, recebendo, no entanto, proporcionalmente aos dias trabalhados.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONTRATAÇÃO COM PRAZO DETERMINADO

Nos termos da Lei nº. 9.601, de 21 de janeiro de 1998, do Decreto nº. 2.490, de 04 de fevereiro de 1998 e da Portaria nº. 207, de 31 de março de 1998, ficam as empresas autorizadas a contratarem empregados por prazo determinado, obedecidas as regras contidas nas legislações supra mencionadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - QUITAÇÃO DE VERBAS

Todo pagamento salarial, bem como toda rescisão do contrato de trabalho, deverá ser realizada no domicílio de trabalho do empregado.

Parágrafo Único: As empresas serão obrigadas a fornecer, aos seus empregados, no ato do pagamento, envelope ou documento discriminativo dos valores pagos, inclusive no tocante ao FGTS.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – QUITAÇÃO ANUAL DOS DIREITOS TRABALHISTAS

É facultado aos empregados e empregadores, na vigência ou não do contrato de trabalho, firmar perante o Sindicato Laboral o **termo de quitação anual dos direitos trabalhistas**, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas, após a homologação, e respeitadas as seguintes condições:

a) A homologação do termo de quitação anual dos direitos trabalhistas será realizada pelo Sindicato Laboral, estando presentes o empregado, o empregador/preposto e uma testemunha, que somente será dispensada quando houver a filmagem e o arquivamento das imagens da sessão.

b) Inexistência de débitos junto aos Sindicatos Patronal e Laboral, especialmente quanto às contribuições e taxas previstas nesta Convenção Coletiva de Trabalho, situação que será comprovada por certidões negativas emitidas pelas entidades.

c) Para que tenha eficácia liberatória das parcelas nele especificadas após a homologação pelo Sindicato Laboral, o Termo de Quitação Anual das obrigações trabalhistas deverá ser apresentado preenchido, discriminando as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente e a quitação anual dada pelo empregado.

d) As despesas oriundas da estrutura necessária para realização das homologações dos Termos de Quitação das Obrigações Trabalhistas serão suportadas pelo empregador, sendo vedada qualquer cobrança do empregado.

e) O valor máximo estipulado pela prestação do serviço de homologação é de R\$ 300,00(trezentos reais) por homologação.

f) O agendamento das homologações dos termos de quitação anual das obrigações trabalhistas deverá ser feito de 2ª a 5ª feira, pelo telefone (47) 3355-6099 ou por e-mail: **sintrabbrusque@hotmail.com**, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data pretendida.

g) No momento da homologação deverão ser apresentados os seguintes documentos: Cópia da última folha de pagamento do empregado, termo de quitação das obrigações trabalhistas, devidamente preenchido, comprovante do recolhimento da taxa de homologação e as certidões negativas de débitos mencionadas na letra “b”.

RELAÇÕES DE TRABALHO - CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ESTABILIDADE SERVIÇO MILITAR

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - EMPREGADO EM IDADE DE SERVIÇO MILITAR

Será nula a dispensa, sem justa causa, do empregado alistado para o Serviço Militar, a partir do exame de seleção que o considerar apto a se incorporar, até o seu retorno efetivo ao trabalho.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA – APOSENTADORIA

Fica garantido o emprego, por 12 (doze) meses, ao empregado que contar com 5 anos de atividade na mesma empresa, e de 24 (vinte e quatro) meses, ao que contar 10 (dez) anos, e que necessitarem desse tempo final de serviço para se aposentar, em aposentadoria plena, mesmo que optante pelo FGTS, salvo os casos de demissão por justa causa.

Parágrafo único – A ausência de comunicação hábil, na forma acima pactuada, não lhe garantirá a estabilidade.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - RESPONSABILIDADE DO MOTORISTA

Ao motorista cabe a responsabilidade por toda e qualquer infração de trânsito, notificada e por ele cometida, imposta ao veículo, desde que apurada sua culpa.

§ 1º. - Responderá ainda o motorista, quando comprovada a sua culpa ou dolo, pelo extravio de mercadorias, ferramentas e acessórios, atrasos no início do trabalho, saídas antecipadas, ou desautorizadas, e faltas injustificadas.

§ 2º. - Somente será permitido o desconto de importância equivalente a 10% (dez por cento) da remuneração mensal percebida pelo empregado, nos casos de danos materiais advindos de acidentes de trânsito, quando legalmente for comprovada sua culpa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - LAUDOS PERICIAIS

As empresas se obrigam a dar toda a assistência aos motoristas, em casos de acidentes de trânsito, devendo, no entanto, os referidos profissionais, sempre que possível, acompanhar os levantamentos periciais, efetuados pelas autoridades competentes e, ainda, solicitar a presença de fotógrafo no local do acidente, a fim de documentar fotograficamente a ocorrência, além de arrolar as testemunhas presentes ao fato, cujas despesas serão pagas pela empresa, mediante comprovação.

CLÁUSULA VIGESIMA TERCEIRA - APETRECHOS DE VIAGENS E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Para uma perfeita realização do trabalho, a empresa colocará à disposição do motorista, além do veículo, o numerário e apetrechos de viagem, por cuja guarda é responsável, cessando-a com a entrega e aceitação da prestação de contas, no final da viagem de trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - FUNÇÕES INCOMPATÍVEIS COM APRENDIZAGEM:

Consideram-se funções incompatíveis com a aprendizagem:

- a) de motorista profissional;
- b) ajudante de motorista;
- c) aquelas realizadas em ambiente insalubre ou periculoso;

§ 1º. - Dada a incompatibilidade de tais funções com a aprendizagem, todos os empregados das empresas de transporte de carga e logística que estejam no exercício de tais atividades estão excluídos da base de cálculo para apuração do número de aprendizes que devam ser contratados.

§ 2º. - A presente cláusula somente terá validade mediante acordo coletivo de Trabalho firmado entre o Sindicato Laboral e a empresa, com a anuência do Sindicato Patronal.

OUTRAS ESTABILIDADES

CLÁUSULA VIGESIMA QUINTA - GARANTIA DE EMPREGO À GESTANTE

Será nula a dispensa, sem justa causa, da empregada gestante, a partir da efetiva apresentação do atestado médico e do teste laboratorial, comprobatório da gravidez, dentro do prazo estabelecido pelo art. 10º. do ADCT da Constituição Federal.

JORNADA DE TRABALHO - DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DURAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

A jornada diária de trabalho será de 08 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) semanais, podendo ser compensada e revezada na forma da lei.

Parágrafo único: O intervalo intrajornada, para repouso e alimentação, não poderá ser inferior a 30 (trinta) minutos e nem superior a duas horas, devendo ser gozado, preferencialmente, no meio da jornada.

PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - REPOUSO DOS MOTORISTAS QUANDO EM VIAGEM

Não serão considerados como trabalho efetivo, para quaisquer efeitos, os períodos de repouso dos motoristas e ajudantes, ainda que gozados em dependências da empresa, desde que oferecido alojamento condizente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – HORAS EXTRAORDINÁRIAS

As empresas se obrigam a pagar no mínimo duas (2) horas extras aos motoristas, por dia de viagem (24hs), com adicional de 50% sobre a hora normal, respeitando as formas de controle de horário prevista na Lei 13.103/2015.

Parágrafo único - A jornada de trabalho do motorista profissional poderá ser prorrogada por até quatro (4) horas extraordinárias, de conformidade com o art. 235 C da CLT, instituído pela Lei 13.103/2015.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DOIS MOTORISTAS EM UM SÓ VEÍCULO

As empresas que adotarem o critério de dois motoristas em um só veículo, para o sistema de revezamento, pagarão a ambos às horas de trabalho efetivamente prestadas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – SISTEMA DE REGISTRO ELETRÔNICO DE PONTO

As empresas acobertadas por esta convenção ficam desobrigadas de emitir o comprovante diário da jornada de seus empregados, pelo Sistema de Registro Eletrônico de Ponto - SREP.

Outrossim, ficam obrigadas a emitir um relatório mensal das horas trabalhadas de seus empregados, fornecido mediante comprovante de entrega.

A presente cláusula está de conformidade com o art. 2º da Portaria nº. 373, de 25 de fevereiro de 2011 do Ministério do Trabalho e Emprego.

FÉRIAS E LICENÇAS OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DIA DE NATAL

Será excluído do período de gozo de férias, individuais ou coletivas, o dia 25 de dezembro, desde que as férias sejam escaladas para a referida época.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Os atestados fornecidos por médicos e dentistas do INSS, ou da Entidade Profissional, serão plenamente aceitos pelas empresas, após a obtenção de visto do departamento médico da firma, quando existente. Atestados Odontológicos somente serão aceitos para casos de comprovada urgência.

RELAÇÕES SINDICAIS SINDICALIZAÇÃO (CAMPANHAS E CONTRATAÇÃO DE SINDICALIZADOS)

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - FILIAÇÃO SINDICAL

As empresas exibirão, no ato da admissão de seus empregados, juntamente com os demais documentos pertinentes a todos os candidatos a emprego, proposta de filiação a Entidade Profissional, garantindo, porém a plena liberdade de sindicalização. Da mesma forma agirá com referência aos empregados antigos, ainda não filiados a Entidade Profissional, devendo as respectivas propostas serem fornecidas pela Entidade Profissional.

ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - QUADROS DE AVISOS

As empresas se comprometerão a facilitar a colocação, em quadro apropriado, dos avisos de interesse da categoria profissional, proibidas as publicações de matérias prejudiciais ao bom andamento do trabalho ou contrárias aos interesses do empregador. Todo documento deverá conter o visto de autorização da administração do estabelecimento.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada na sede do **SETCESC**, no dia **13/05/2019**, às **10:00 horas**, conforme edital de convocação **publicado no JORNAL DIÁRIO CATARINENSE, de 03/05/2019, página 14 – Publicação Legal**, as empresas pertencentes à categoria econômica do TRC, representadas por sua entidade de classe, **APROVARAM**, com fundamento no art. 8º., inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 513º., alínea “e” da CLT, o estabelecimento de uma **CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL, a título de contrapartida pecuniária pelos serviços prestados no presente processo negocial** da representação sindical da respectiva categoria econômica, no valor de **R\$ 1.200,00(hum mil e duzentos reais)**, para empresas **Optantes tanto do Lucro Real como no Presumido**, divididas em 3 parcelas de **R\$ 400,00(quatrocentos reais)**, com vencimentos estabelecidos para **25/07/2019, 25/11/2019 e 25/03/2020** e de **R\$ 600,00(seiscentos reais)** para empresas **Optantes do Simples Nacional**, divididas em 3 parcelas de **R\$ 200,00(duzentos reais)**, com vencimentos estabelecidos para **25/07/2019, 25/11/2019 e 25/03/2020**, devendo ser recolhidas em qualquer agência bancária ou casa lotérica e após o vencimento somente na Instituição Bancária indicada no boleto a ser fornecido pelo SETCESC.

Parágrafo único - A falta de recolhimento da contribuição, ou o recolhimento efetuado fora do prazo acima estabelecido, acarretará na aplicação da multa de 2% (dois por cento), acrescida dos juros legais e, em caso de cobrança judicial, pagará ainda as custas processuais e honorários advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito. Fica eleito, desde já o foro da Comarca de Blumenau, para a cobrança judicial da referida contribuição, por mais privilegiado que outro se apresente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – TAXA NEGOCIAL

Para complemento na manutenção da representação sindical profissional, ao custeio das negociações coletivas, elaboração e conclusão do pacto normativo, e fiscalização de cumprimento de cláusulas durante o período de vigência as empresas ficam obrigadas a descontar na folha de pagamento de todos os empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, a **TAXA NEGOCIAL** equivalente a um dia de trabalho da remuneração total dos empregados, no mês de novembro de 2019, conforme deliberação aprovada na Assembléia Geral dos Trabalhadores, convocada para tal finalidade.

§ 1º. - O recolhimento deverá ser feito em favor do Sindicato Profissional, até o dia 10 do mês seguinte ao desconto, ou seja, 10 de dezembro de 2019, em guia própria que será fornecida pelo Sindicato, no estabelecimento bancário indicado na guia.

§ 2º. - A empresa que não efetuar o desconto no mês estabelecido fica obrigada a recolher as importâncias devidas, sem ônus para os empregados.

§ 3º. - O recolhimento fora do prazo capitulado no § 1º, sujeita a empresa infratora ao recolhimento acrescido da multa de 2% (dois por cento), mais os juros legais.

§ 4º. - Fica garantido aos empregados não sindicalizados o direito de oposição ao desconto da Taxa Negocial, a ser manifestado individual e diretamente no Sindicato da categoria, até o dia 30 de agosto de 2019.

CLÁUSULA TRIGESIMA SÉTIMA – CONTRIBUIÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS

As empresas estabelecidas na base territorial prevista no preâmbulo desta convenção, obrigam-se a fazer uma contribuição trimestral, para manutenção de benefícios legais à Entidade dos Trabalhadores, nas seguintes proporções:

A partir de 01/05/2019:

1) empresas com 1 até 15 empregados.....	R\$ 252,00
2) de 16 a 30 empregados.....	R\$ 472,00
3) de 31 a 45 empregados.....	R\$ 707,00
4) de 46 a 60 empregados.....	R\$ 1.034,00
5) acima de 60 empregados.....	R\$ 1.180,00

§ 1º. - As parcelas em apreço, serão recolhidas a Categoria Profissional, sempre até os dias 20/07/2019, 20/10/2019, 20/01/2020 e 20/04/2020, através de guias fornecidas pela Entidade Profissional, que serão depositadas na conta corrente na instituição bancária determinada pela Entidade Profissional.

§ 2º. - As empresas que não efetuarem, no prazo supra, o pagamento da contribuição assistencial, terão um acréscimo de 2% (dois por cento) ao mês sobre a parcela em atraso, mais juros legais.

§ 3º. - Ficam obrigadas as empresas a apresentarem, por ocasião da homologação da rescisão contratual de seus empregados, a guia quitada do recolhimento da Assistência Social.

**DISPOSIÇÕES GERAIS
DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO

O fiel cumprimento desta Convenção Coletiva será fiscalizado pelo Ministério do Trabalho, ficando convencionado que as divergências, porventura existentes, na aplicação de seus dispositivos, serão solucionadas, entre as partes, pelos diretores das entidades convenientes.

§ 1º. - Na impossibilidade de solução pelo modo pactuado, as partes recorrerão à Justiça do Trabalho, órgão competente para apreciar e julgar o cumprimento de todas as cláusulas do presente instrumento.

§ 2º. - No caso de inadimplemento das cláusulas da presente Convenção, com exceção da cláusula "Contribuição para Manutenção de Benefícios", desde que não solucionadas de acordo com o previsto na presente cláusula, fica a empresa infratora sujeita à multa de 2% (dois por cento), calculadas sobre os prejuízos mensuráveis e, 15% (quinze por cento), do salário mínimo, nas demais obrigações, dobrada na reincidência, multas estas que reverterão em favor da Entidade Profissional.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - CÓPIAS DA CONVENÇÃO

Cópias, homologadas, desta Convenção, serão fornecidas às empresas de transportes rodoviários de cargas, pelo Sindicato Patronal, que as afixarão, no prazo de 15 dias, em local visível aos empregados.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - NORMAS CONVENCIONAIS

Nenhuma disposição do contrato individual de trabalho, que contrarie normas desta Convenção, poderá prevalecer, na execução da mesma e serão consideradas nulas de pleno direito.

**ROGERIO REIS
PRESIDENTE
SINDICATO COND VEIC TRAB ROD CARGAS PASSAGEIROS BRUSQUE**

**OSMAR RICARDO LABES
PRESIDENTE
SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGA E LOGÍSTICA NO ESTADO DE
SANTA CATARINA – SETCESC**

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2019/2020

REGIÃO DE BRUSQUE

(Botuverá, Brusque e Guabiruba/SC)

ÍNDICE

	página
CLÁUSULA 1ª. – VIGÊNCIA E DATA-BASE.....	01
CLÁUSULA 2ª. – ABRANGÊNCIA.....	01
CLÁUSULA 3ª. – SALÁRIO NORMATIVO.....	01
CLÁUSULA 4ª. – CORREÇÃO SALARIAL.....	02
CLÁUSULA 5ª. – ABONO DE PERMANÊNCIA NA MESMA EMPRESA.....	02
CLÁUSULA 6ª. – ADICIONAL DE PERICULOSIDADE.....	02
CLÁUSULA 7ª. – ALOJAMENTO.....	03
CLÁUSULA 8ª. – AFASTAMENTOS PROLONGADOS (DIÁRIAS).....	03
CLÁUSULA 9ª. – VALE REFEIÇÃO.....	03
CLÁUSULA 10. – AJUDA ALIMENTAR AOS DEMAIS EMPREGADOS.....	03
CLÁUSULA 11ª. – SEGURO DE VIDA EM GRUPO.....	04
CLÁUSULA 12ª. – UNIFORMES.....	04
CLÁUSULA 13ª. – RESCISÃO POR JUSTA CAUSA.....	04
CLÁUSULA 14ª. – HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO.....	04
CLÁUSULA 15ª. – DISPENSA DO AVISO PRÉVIO.....	05
CLÁUSULA 16ª. – CONTRATAÇÃO COM PRAZO DETERMINADO.....	05
CLÁUSULA 17ª. – QUITAÇÃO DE VERBAS.....	06
CLÁUSULA 18ª. – QUITAÇÃO ANUAL DOS DIREITOS TRABALHISTAS.....	06
CLÁUSULA 19ª. – EMPREGADO EM IDADE DE SERVIÇO MILITAR.....	06
CLÁUSULA 20ª. – APOSENTADORIA.....	07
CLÁUSULA 21ª. – RESPONSABILIDADE DO MOTORISTA.....	07
CLÁUSULA 22ª. – LAUDOS PERICIAIS.....	07
CLÁUSULA 23ª. – APETRECHOS DE VIAGENS E PRESTAÇÃO DE CONTAS... 07	07
CLÁUSULA 24ª. – FUNÇÕES INCOMPATÍVEIS COM APRENDIZAGEM.....	07
CLÁUSULA 25ª. – GARANTIA DE EMPREGO À GESTANTE.....	08
CLÁUSULA 26ª. – DURAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO.....	08
CLÁUSULA 27ª. – REPOUSO DOS MOTORISTAS QUANDO EM VIAGEM.....	08
CLÁUSULA 28ª. – HORAS EXTRAORDINÁRIAS.....	08
CLÁUSULA 29ª. – DOIS MOTORISTAS EM UM SÓ VEÍCULO.....	08
CLÁUSULA 30ª. – SISTEMA DE REGISTRO ELETRÔNICO DE PONTO.....	08
CLÁUSULA 31ª. – DIA DE NATAL.....	09
CLÁUSULA 32ª. – ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS.....	09
CLÁUSULA 33ª. – FILIAÇÃO SINDICAL.....	09
CLÁUSULA 34ª. – QUADROS DE AVISOS.....	09
CLÁUSULA 35ª. – CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL.....	09
CLÁUSULA 36ª. – TAXA NEGOCIAL.....	10
CLÁUSULA 37ª. – CONTRIBUIÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS.....	10
CLÁUSULA 38ª. – FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO.....	11
CLÁUSULA 39ª. – CÓPIAS DA CONVENÇÃO.....	11
CLÁUSULA 40ª. – NORMAS CONVENCIONAIS.....	11
ASSINATURAS.....	11